



# Aos cidadãos brasileiros

A AEPET encaminhou este documento a todos os seus núcleos e ainda às lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; aos governadores; a diversas personalidades, como o presidente da ABI e do Modecon, Barbosa Lima Sobrinho e aos jornalistas. Eis, na íntegra, o documento que analisa a atual situação do Brasil:

*"Lê-se em Genebra, no frontispício das prisões e nos grilhões dos condenados, a palavra LIBERTAS. A aplicação desta divisa é bela e justa. Não há, com efeito, senão os malfetores de todas as espécies que impedem o cidadão de ser livre. Num país em que toda essa gente estivesse encarcerada, desfrutar-se-ia da mais perfeita liberdade". Diderot.*

Na carta que o Presidente Collor endereçou ao povo brasileiro, nesta hora crítica que vivemos, é dito, enfaticamente: "Não posso permitir que a leviandade e a mentira sejam utilizadas para ferir as instituições e a Constituição de 88".

Esta submissão às leis e à Constituição é o que exigimos dos governantes, quando no exercício do poder transitório, por delegação da vontade popular. A Constituição é, sem dúvida, o contrato maior que rege a convivência entre cidadãos e entre os cidadãos e o Estado. Fora disto, é a barbárie, a selva, a tirania.

Mas, a Constituição não é uma zona de garimpo, onde qualquer pessoa, bateia à mão, escolhe o que é diamante e o que é refugio, o que serve às suas conveniências e o que pode ser descartado como imprestável.

Pois, agora a Constituição de 88 é intocável? Não é esta mesma voz que ontem a dizia atrasada, paquidêmica, entrave à dita "modernização" do País?

Estamos assistindo, não sem resistência, ao loteamento da coisa pública para favorecer grupos privados financiadores de eleições viciadas; estamos assistindo ao desmonte do que foi construído com o esforço de gerações de brasileiros; estamos assistindo à devastação do pouco que resultou dos investimentos sociais, com o quadro que hoje testemunhamos, da avalanche da miserabilidade; estamos assistindo ao assassinato das nossas melhores esperanças, do nosso futuro, das nossas crianças e dos nossos velhos, nas ruas e nas filas do INSS.

Enquanto isto, o capital financeiro floresce como flor no lodo. Pensa-se em privatizar das estradas aos presídios, dos hospitais aos CIAC's, das siderúrgicas à petroquímica, da indústria de fertilizantes a tudo que diga respeito ao petróleo, da previdência social aos portos do País. A falta de pudor chega ao delírio de declarações como àquelas atribuídas a um economista neo-liberal: "Vamos privatizar a privatização".

Com que direito arvoram-se de proprietários de tudo, do País, da população, de tudo que se move ou respira? Com que autoridade moral atacam a honorabilidade alheia, como o fizeram com todos os empregados da PETROBRÁS, enquanto o patrimônio público é vítima de assalto e pilhagem por grupos para-oficiais — como o episódio PP — associados, aliados ou apaniguados com os representantes dos interesses privados mais predatórios deste País, estes sim, atrasados e parasitários do Estado, de onde sempre nutriram-se

e sugaram os empréstimos favorecidos, as concessões gratuitas, os subsídios, os serviços superfaturados, tratando o bem público como bem privado?

Diz-se que tudo fica justificado pelos 35 milhões de votos que elegeram o Presidente atual, dono de cheque em branco passado pelo povo, embora sem o endosso de mais de 30 milhões de outros brasileiros, tão cidadãos quanto os demais.

Mas, dizia Rousseau que a "vontade geral pode errar, que nunca se corrompe o povo mas se o engana com frequência", que "quanto mais se esforça o governo contra a soberania, mais aumenta seu esforço em alterar a Constituição" e que "os depositários do poder executivo não são em absoluto os senhores do povo, mas apenas seus oficiais; que o povo dispõe do direito de os nomear e os substituir quando bem lhe aprouver; que o problema, para eles, não consiste em contratar, mas em obedecer, e que, incumbindo-se das funções que lhe são impostas pelo Estado, outra coisa não fazem senão cumprir com seu dever de cidadãos, sem terem de maneira alguma o direito de discutir as suas condições... mas, quando o vínculo social começa a afrouxar, e o Estado a enfraquecer, quando os interesses particulares principiam a fazer-se sentir e as pequenas sociedades a influir sobre a grande, o interesse comum se altera e a Humanidade não reina mais nos votos. Enfim, quando o Estado, próximo de sua ruína, apenas subsiste através de uma forma vã e ilusória... quando o mais vil interesse se adorna afrontosamente com o nome sagrado do bem público, então a vontade geral emudece e todos deixam de opinar como cidadãos, como se o Estado jamais houvesse existido e são aprovados falsamente, a título de leis, decretos iníquos cujo único fim é o interesse particular".

Finalmente, é Hegel quem nos diz: "Num regime cuja natureza faz da vontade particular o princípio decisivo, a Constituição transforma-se numa capitulação eleitoral: o poder do Estado fica entregue à discreção da vontade particular, os poderes próprios do Estado transformam-se em propriedade privada, a soberania do Estado enfraquece-se e perde-se. Verifica-se a dissolução interna e a perda exterior".

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET julga de seu dever não calar neste instante, instando a que o Congresso Nacional apure o que tiver que ser apurado, doa a quem doer, que a Constituição seja respeitada na totalidade de seus artigos — agora por todos, inclusive pelo Presidente da República — e que a Nação não mais seja vítima da mistificação, da falta de patriotismo e da dilapidação que hoje reinam impunemente.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1992

## Sobre a "modernidade" JB - 4-5-92

Severo Gomes\*

Mal os sábios tinham saído do funeral das ideologias, e nasceu uma nova, e fresquinha. Mesmo porque, os homens não se cansam de procurar explicar a história de acordo com seus projetos futuros. A recém-nascida chama-se "modernidade". Ela ensina que o Estado foi a fonte de todos os males, ultrapassando a sua missão de policial, vacinador e crechista. O resto deveria ficar por conta das forças do mercado, que assim liberadas teriam a missão de construir a prosperidade e a paz. Desregular e desregular para que as nações sejam entendidas como mercados e os cidadãos como consumidores. Os que não consumirem serão os incompetentes, um lixo que toda história produz, e que não deve pesar no avanço do capitalismo darwiniano que os fracos abate.

A questão intrigante é que esta nova ideologia não é assim tão fresquinha. Ela está no porão do mundo, e foi por isso que há mais de um século os mestres do Direito Civil procuraram renová-la com a compreensão de que os ideais da liberdade e da igualdade são contraditórios. Maior liberdade, maior a desigualdade, e no limite, o primitivismo do roubo e do assassinio.

Foi a política, a mobilização da sociedade, que permitiu ao Direito a absorção dos valores emergentes, para a construção daquilo que se chamou de civilização moderna. Para que a liberdade pudesse conviver com a moralidade.

Mas, o mais surpreendente é que quanto mais os nossos basbaques natos falam na "modernidade", menos ela é praticada pelos países que produzem esses roteiros. Os nossos líderes nem poderão arguir a ignorância, pois todos eles são políglotas.

Um primeiro ponto para a reflexão, é o de que a economia mundial está hoje oligopolizada, quer dizer, poucas empresas dominam os diferentes setores produtivos e combinam os seus procedimentos. Isto mostra que não se trata de liberar o mercado, mas de abrir espaço para que as grandes empresas transnacionais possam dominar a economia mundial de acordo com sua lógica de ganhar mais, custe o que custar.

O segundo ponto, é que os países industrializados e ricos do primeiro mundo, pregam mas não caem nesta bobeira. Protegem-se de todos os modos, com barreiras alfandegárias ou outras. Internamente com leis anti-truist e regras que defendem o consumidor. Não só os velhos industrializados, mas até os novos que têm um mínimo de consciência dos grandes conflitos de interesse que varrem o mundo, como a Coreia do Sul ou Taiwan.

No século XVII, Portugal assinou com a Inglaterra o Tratado de Methuen. Porele foram eliminadas as tarifas alfandegárias impostas à indústria inglesa, a troco de uma redução das que sofriam os vinhos portugueses. A coisa não era tão simples. Os ingleses também asseguraram a proteção contra a secular ameaça de invasão dos castelhanos. Defenderam-se os portugueses, de Castela, em troca de uma permanente posição do protetorado.

Nós hoje, no Brasil, realizamos políticas econômicas no padrão "Methuen", de colônia, sem nenhuma contrapartida e sem nenhuma ameaça, a não ser as que nós mesmos construímos contra o povo e contra a pátria. Uma colônia dócil e bem falante.

Estamos sucateando um parque industrial que custou 50 anos de sacrifício. Estamos fechando as universidades, os centros de pesquisa e jogando o povo na miséria. Para quê? Para nada.

\*Empresário, ex-ministro da Indústria e Comércio.

## O discurso do entreguismo nacional

SEVERO GOMES - FSP 5/11/91

"Subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos"  
Nelson Rodrigues

Entre as questões postas no chamado emendão está a supressão, na Constituição, da definição de empresa brasileira de capital nacional. O mesmo emendão prevê também a supressão da concessão a esse tipo de empresa de benefícios temporários em atividades consideradas estratégicas para a defesa ou imprescindíveis ao desenvolvimento nacional, assim como a eventual preferência dada pelo poder público na compra de bens e serviços.

O que existe é uma definição de empresa nacional e uma abertura para que futuras leis possam ser votadas pelo Congresso, de acordo com aquilo que venha a ser entendido pelos representantes do povo como sendo do interesse nacional.

Benefícios e discriminações existem na legislação e na prática de todos os países, e com muito mais rigor do que a nossa tradicionalmente estabeleceu para as faixas de fronteira ou nos setores de transporte e comunicação. Daí a surpresa com a renitência do governo e a postura de importantes líderes da oposição, como se esses preceitos constitucionais fossem um arcaísmo xenofobo e um entrave ao nosso desenvolvimento.

A melhor maneira de entender o chamado arcaísmo é conhecer o que ocorre no lado "moderno" do mundo, tão admirado pelos que infestam o governo, Congresso, partidos políticos e círculos empresariais. Não posso esquecer que os ex-comunistas, salvo as sempre honrosas exceções, estão hoje na vanguarda da chamada "modernidade" do entreguismo nacional.

O número 516 dos anais da "American Academy of Political and Social Science" (julho de 91) publicou um estudo sobre as "Barriers to Foreign Investment in U.S. and Other Nations", de autoria de dois economistas do "Affairs Department" do FMI — Fundo Monetário Internacional.

Os EUA foram e continuam sendo, entre todos os países, o mais receptivo ao investimento estrangeiro. Daí a importância de informar a dimensão das restrições americanas, colecionadas no referido trabalho, para ajudar a reflexão dos cidadãos e dos congressistas que em breve estarão votando o referido emendão.

As restrições ao investimento estrangeiro estiveram historicamente ligadas às questões de segurança nacional. Muitas atividades foram sempre restritas aos cidadãos e empresas americanas. Neste sentido "para ser considerada americana ela precisa ser organizada e registrada de acordo com a lei americana com o seu capital votante pertencente a cidadãos americanos em no mínimo de 75%. O controle do capital é frequentemente acompanhado da exigência de que todos ou a maioria dos diretores sejam cidadãos americanos".

A legislação restritiva cobria, no passado, só as atividades de transporte, comunicações (rádio e televisão), produção de material bélico e controle de jazidas minerais estratégicas.

Cumprir lembrar que, embora os investimentos estrangeiros sejam proporcionalmente muito pequenos, uma pesquisa realizada em 1989 revelou que 78% dos americanos são favoráveis a maiores limitações aos investimentos estrangeiros e à compra de bens imóveis.

O "International Investment Survey Act", de 1976, instituiu a inspeção do investimento estrangeiro a cada cinco anos. O "Foreign Investment Improved Disclosure Act", de 1972, determina a revelação da cidadania e endereço de quem quer que adquira mais de 5% das ações de empresas registradas no "Securities an Exchange Commission".

O "The Agricultural Foreign International Disclosure Act", de 1978, estatuí que qualquer estrangeiro para adquirir terras agrícolas tem que se submeter à aprovação do Departamento de Agricultura. Há também regras estaduais ainda mais restritivas ou proibitivas.

O "Omnibus Trade and Competitiveness Act", de 1988, incorporou a emenda dos senadores James Exon e James Florio, que dá ao presidente poder para rever aquisições de empresas por estrangeiros com potencial impacto para a segurança nacional. A Emenda Exon-Florio é, no entanto, tão abrangente que se aplica a quase todos os setores industriais, com exceção dos brinquedos, alimentos, restaurantes e serviços legais. O presidente tem poderes para vetar as compras por estrangeiros, mas sem limite de tempo. Quer dizer, pode ordenar o "desinvestment", no tempo que quiser e sem direito de apelação.

Os poderes estabelecidos na emenda Exon-Florio não foram usados até agora, mas como a sua aplicação não tem limite no tempo e também não se admite apelação das decisões, o que resta é uma pesada ameaça sobre os investimentos estrangeiros nos EUA, o mais aberto dos países ricos, e por isso vem sendo chamada de "Ominous Amendment". As lideranças brasileiras estruturalmente antinacionais nem se dão conta. Já o Japão ou a Alemanha estão com as orelhas em pé. É nesse contexto que se deve entender a longa estada de Helmut Kohl, chanceler da Alemanha, em nosso país.

Há hoje no Congresso dos EUA uma pletoira de projetos de lei procurando limitar a influência estrangeira sobre a política e a economia. Seria muito útil que a mesa do Congresso mandasse traduzir o texto acima referido para distribuição aos parlamentares, que assim teriam um belo exemplo de como se defende o interesse nacional.

SEVERO GOMES, 66, empresário, foi senador pelo PMDB-SP, ministro da Agricultura e da Indústria e do Comércio e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (governo Fleury)